



Os ministros Sayad e Funaro explicaram...



... as medidas do pacote aos políticos

PREPARE-SE PARA RECEBER A DEVOLUÇÃO DO IR SÓ EM 89

É o prazo para quem tiver mais de 25 ORTN de devolução no próximo ano

No ano que vem, só terão suas restituições do Imposto de Renda os contribuintes que tiverem até dez ORTN (Cr\$ 635 mil hoje) a receber. Essa má notícia foi dada ontem pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro (foto), ao explicar aos parlamentares da Aliança Democrática as medidas do pacote econômico que o presidente Sarney deve anunciar hoje.

De acordo com Funaro, 70% dos declarantes receberão sua restituição até abril de 86. Os outros 30%, porém, vão receber de acordo com a seguinte escala: até 15 ORTN, em 1987; 25 ORTN em 1988; e o restante em 1989.

Esse empréstimo compulsório da pessoa física, sobre o que lhe foi retido na fonte durante o ano de 1985, não agradou alguns deputados. Mas Funaro ressaltou que a medida torna-se necessária para viabilizar a atual transição na legislação do Imposto de Renda, em que se corrige "a curva do tributo". Funaro garantiu aos parlamentares que o ganho dos assalariados, com a nova tabela de restituição na fonte, praticamente compensa o que ele deixará de receber como restituição.

Exemplificou que o assalariado com renda mensal líquida de até seis salários mínimos — Cr\$ 3,6 milhões —, a partir de janeiro próximo terá retido na fonte menos 75% em relação a este ano, e até no caso dos cem salários mínimos, hoje no montante de Cr\$ 60 milhões, sofrerá menos 24% de retenção na fonte. Funaro garantiu que, pelos estudos da Receita Federal, apenas os grandes salários sofrerão aumento da carga tributária, mas "no pico do aumento isso não representará além de 10% a mais".

Empresas

Com relação às empresas, o ministro da Fazenda explicou aos parlamentares que o governo não fará aumento de alíquotas que inviabilizem a retomada dos investimentos produtivos. As pequenas e médias empresas não sofrerão nenhuma tributação adicional.



Funaro dá entrevista à imprensa

As 3.800 maiores empresas do País, que tiveram lucro superior a 40 mil ORTN — hoje, Cr\$ 2,5 bilhões — passarão a pagar Imposto de Renda semestral, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos. Sobre o balanço do primeiro semestre, as empresas vão recolher o imposto no período de setembro a fevereiro. Sobre o balanço do segundo semestre, pagarão de março a agosto. O governo ganhará Cr\$ 8 trilhões com essa antecipação.

Para compensar essa medida, Funaro anunciou que a Receita Federal permitirá que as empresas acelerem a depreciação de seus equipamentos nos balançotes. Essa medida, conforme explicou, provocará novos investimentos e fortalecerá a renovação tecnológica, com ajuda decisiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O governo também vai isentar de tributo a venda de imóveis adquiridos pelas empresas antes da fixação da correção monetária em 1964, desde que os recursos sejam para capitalizá-las.

O governo antecipará em uma semana recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — sobre automóveis e fumo. Também haverá antecipação de dez dias, na transferência ao Tesouro dos impostos federais recolhidos pelos bancos priva-

dos. Isso permitirá um ganho de Cr\$ 10 trilhões.

Funaro anunciou que o Imposto de Renda sobre compra de ORTN será reduzido, para ajudar na redução das taxas de juros. E o Imposto de Renda sobre títulos prefixados será cobrado na aplicação e não mais no resgate, proporcionando uma receita adicional de Cr\$ 4 trilhões.

Juros

Um outro empréstimo compulsório, desta vez cobrado das empresas, será fixado. As empresas com grandes aplicações financeiras, que, a exemplo das pessoas físicas, esperam restituição de uma parte do imposto retido este ano, terão de emprestar uma parcela, no montante de Cr\$ 6,5 trilhões, pelo prazo de três anos, durante o qual incidirá apenas a correção monetária.

No mercado aberto, Funaro explicou que será estabelecido o IOF — Imposto sobre Operações Financeiras. Além disso, o aplicador por um dia só receberá 80% da correção monetária. E somente o aplicador pelo prazo de 43 dias receberá a correção monetária integral mais juros, a exemplo do que acontece hoje. O ministro explicou que só no Brasil é que um aplicador ganha correção monetária e juros do mês num único dia.

Na Bolsa, Funaro disse que a cobrança de Imposto de Renda sobre ações ficará "PA"*(—RA MAIS TARDE"; E LEMBROU QUE NOS Estados Unidos incide um tributo de 50% sobre o ganho. Mas haverá tributo sobre o mercado a termo, "usado para se esquentar dinheiro", no mercado futuro, e também no mercado de opções, "onde o que há é uma verdadeira jogatina, um cassino que precisa pagar tributo".

O pacote tributário renderá ao governo Cr\$ 20 trilhões aos preços de hoje e Cr\$ 54 trilhões a preços de 1986. Funaro anunciou também que o pacote proporcionará redução dos juros, de forma que permitirá uma redução dos encargos do governo no montante de Cr\$ 35 trilhões.